

O trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização

INTRODUÇÃO

A legislação portuguesa declara que qualquer trabalho efectuado por pessoas menores de 16 anos e/ou por quem não tenha concluído a escolaridade obrigatória (nove anos) é ilegal. No entanto, as práticas relacionadas com o trabalho das crianças, especialmente em contexto familiar, parecem ser relativamente comuns¹.

Acontece que a definição das actividades que rotulamos de trabalho de crianças ou trabalho infantil varia e está fortemente embutida nos discursos, práticas culturais e políticas (Ennew, Myers e Plateau, 2003) ligados, por exemplo, às representações sobre o trabalho, a criança e a infância, a família e a modernização de uma nação (Invernizzi, 2003a).

Numa perspectiva weberiana, não existe uma actividade chamada «trabalho infantil» que possamos examinar objectivamente. No interior de um mesmo contexto coexistem diferentes visões sobre o que é o trabalho das crianças. Esta pesquisa² incide centralmente sobre o ponto de vista das próprias crianças e, em particular, daquelas que trabalham, complementada pela visão dos pais e jovens adultos residentes no seu meio. Como abordagem centrada nas crianças, utiliza a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 (CRC).

* Universidade de Gales, Swansea, Reino Unido.

Nesta perspectiva, a criança tem direito à protecção contra o abuso, a exploração e o trabalho perigoso, embora seja vista como sujeito, o que significa que estamos em face de actores sociais, na acepção seguida pela sociologia da infância (por exemplo, James e Prout, 1990).

Este artigo apresenta uma análise detalhada das visões dos adolescentes e adultos sobre o trabalho infantil, procurando reconstruir a inteligibilidade de tais práticas. Mais do que responder aos imperativos das políticas sociais, esta análise propõe-se identificar questões para futura investigação e reflexão. No entanto, o leitor interessado nos dados estatísticos sobre a ocorrência do trabalho infantil em Portugal, na análise da literatura sobre o tema, assim como nas implicações dessa análise para a política social, pode consultar outro texto (Invernizzi, 2005).

Os dados recolhidos no Algarve apontam para a predominância de visões positivas acerca do trabalho das crianças, sendo este o aspecto mais desenvolvido neste texto. Adolescentes³ e adultos dão-nos uma visão do que consideram ser as práticas mais comuns ligadas ao trabalho das crianças. Tal não permite, claramente, qualquer conclusão acerca da ausência de abuso ou de exploração, que requereria um exame cuidadoso, complementar à análise que agora se apresenta (id., 2007).

O trabalho de campo realizado no Algarve abrangeu um período de doze meses entre 2002 e 2003. A recolha de dados envolveu a utilização de diversos métodos, tais como a aplicação de questionários nas escolas e a realização de entrevistas individuais a alunos, a adolescentes trabalhadores, a pais e a jovens adultos. Incluiu também a realização de grupos de discussão (*focus groups*), entrevistas de grupo e a famílias e ainda observação semi-participante⁴. A escolha e conciliação destes métodos foi motivada não apenas por considerações epistemológicas, mas também pelo próprio carácter do tema estudado, em particular na medida em que a campanha contra o trabalho infantil tende a criar um clima de suspeita, inibindo a possibilidade de contactar as crianças nos locais de trabalho.

Este artigo apresenta inicialmente as visões dos alunos, quer trabalhem ou não. Depois centra-se nos discursos dos adolescentes e adultos acerca da organização do trabalho familiar, bem como sobre aspectos de socialização que incluem trabalho.

VISÕES DOS ALUNOS SOBRE O TRABALHO DAS CRIANÇAS

O questionário utilizado em três escolas do Algarve continha algumas questões abertas, permitindo explorar a visão de todos os alunos, independentemente das suas actividades laborais. 93 alunos ($N=101$) do 7.º e 8.º anos responderam às perguntas: «O que pensas acerca da criança que trabalha e/ou ajuda em casa? É bom ou é mau? Porquê?»

Quatro adolescentes expressaram visões negativas de todas as actividades (isto é, trabalho, ajuda familiar e tarefas domésticas), 62 disseram que ajudar a família e/ou trabalhar era uma coisa boa e 17 expressaram uma mistura de sentimentos, mencionando vantagens e desvantagens. Em 36 casos, as visões positivas relacionam-se com a ajuda familiar, em geral, e em 11 referem-se positivamente às tarefas domésticas. Para 13, o trabalho realizado fora do ambiente familiar era uma coisa má. Afirmações positivas sobre o trabalho pago foram também dignas de nota, se considerarmos a imagem negativa que o trabalho infantil adquiriu desde as campanhas de sensibilização para a sua eliminação. Em 12 questionários os adolescentes expressaram claramente esta visão.

Tais resultados são similares aos que Ochaita *et al.* obtiveram em Espanha: «As crianças têm claramente atitudes positivas no que concerne ao trabalho leve e ‘ajuda’ efectuada no seio da família e ambiente familiar» (2000, p. 31, nossa trad.).

Muito interessantes são as afirmações dos adolescentes ao descreverem os seus critérios de bom ou mau trabalho. Os aspectos negativos do trabalho foram descritos por 11 crianças com referência à educação. Em sete questionários os alunos diferenciaram determinantemente o trabalho da experiência da infância, que descreveram como «liberdade», «brincadeira» e «escola», embora alguns refiram como dimensão positiva a ajuda dentro da família:

Eu penso que a criança que trabalha não tem tempo para os seus estudos. É mau porque vai tirar más notas e não tem tempo para brincar com as outras crianças [rapariga, 14 anos].

Acho que uma criança pode trabalhar só nas férias, porque no ano escolar é difícil fazer as duas coisas. Deve ajudar a família em casa, porque assim todos ficam contentes e poupam mais tempo para outras coisas [rapaz, 13 anos].

Cinco adolescentes mencionaram o risco de abuso e o trabalho pesado como possíveis facetas negativas:

É mau porque as crianças ainda são menores e podem abusar [delas] no trabalho e podem parar o seu crescimento [rapaz, 14 anos].

Na generalidade, as apreciações positivas são sustentadas por referência a aspectos de solidariedade no interior da família (46 questionários). Razões para trabalhar ligadas ao aspecto económico (25) aparecem quase com a mesma frequência que as ligadas à aprendizagem e à socialização (24):

É bom porque, se os nossos pais nos dão dinheiro para nos sustentar, nós temos de os recompensar com a nossa ajuda [rapaz, 12 anos].

É bom e mau: é bom porque deve-se ajudar os pais em contas financeiras e é mau conforme o trabalho [rapaz, 13 anos].

Para alguns adolescentes, as dificuldades das famílias constituem um aspecto importante da questão e as tarefas por si realizadas aparecem como essenciais em pequenas explorações agrícolas, pequenas lojas, restaurantes e negócios. Outras respostas falam do desemprego de adultos, doença, incapacidade ou morte de um dos progenitores, de divórcio ou outros acontecimentos que deixam a família com baixos rendimentos. Alguns jovens realizavam importantes tarefas domésticas, por vezes assumindo total responsabilidade por elas:

É bom porque, por exemplo, uma criança que tem o pai doente ou mãe tem de ajudar a fazer a comida ou fazer outras coisas. Por exemplo, eu tenho o meu pai doente [...] eu tenho de o ajudar [rapariga, 13 anos].

Penso que é bom em termos financeiros porque se a mãe ou o pai não arranja trabalho o filho pode ajudar [rapaz, 14 anos].

Acho que depende das situações. Quando as crianças mais ou menos da minha idade são ricas e não lhes falta nada, não precisam de trabalhar, mas quando os pais não têm muito dinheiro então acho que devem trabalhar para ajudar os pais e para poderem ter o seu dinheiro [rapariga, 14 anos].

A terceira boa razão para trabalhar, que aparece quase uma vez em cada quatro questionários, relaciona-se com o facto de o trabalho permitir à criança aprender:

É bom porque acho que assim se desenvolvem as suas capacidades [rapariga, 15 anos].

É bom porque logo desde pequena [a criança] se habitua a trabalhar e quando for grande já não tem tantas dificuldades para arranjar emprego [rapaz, 13 anos].

Certos atributos da socialização estão também relacionados com ideias sobre o que as crianças podem ou não fazer. O temor dos pais pela preguiça dos filhos como razão possível de problemas, originando mau comportamento, atitudes consumistas e assim por diante. Alguns adolescentes partilham estas visões:

Se a criança trabalha para ajudar os pais eu acho que é bom porque primeiro estamos a ajudar em casa e segundo não ficamos sentados sem fazer nada [rapariga, 13 anos].

O trabalho pode ajudar um indivíduo a tornar-se «alguém»; por outras palavras, faz dele um bom membro da comunidade:

É bom para conviver e para ser alguém na vida [rapaz, 13, anos].

Alguns alunos reflectem criteriosamente o quanto o trabalho é bom ou aceitável. Nas suas opiniões mencionam o peso das tarefas e a idade do jovem, mesmo que isso não corresponda aos padrões legais:

Uma criança que trabalha, esse trabalho depende da idade, eu acho que, se uma criança tiver menos de 14 anos e trabalhar, não concordo lá muito bem, mas se for mais velho concordo. E uma criança que ajuda em casa concordo plenamente com isso porque até é divertido ajudar nas tarefas de casa [rapariga, 13 anos].

Um pequeno número de jovens defendia que a actividade em si mesma e o desejo de a realizar eram uma boa razão para trabalhar. De modo contrário, os jovens não deveriam ser forçados a trabalhar:

As crianças devem ter o direito a escolher se querem trabalhar [rapaz, 14 anos].

Como veremos de seguida, as entrevistas realizadas nas escolas, assim como nas famílias e nos centros de lazer, confirmaram, na generalidade, a importância das visões positivas sobre o trabalho das crianças, especialmente por parte daquelas que tiveram experiências laborais directas ou têm amigos ou parentes a trabalhar. No entanto, as informações proporcionadas durante as entrevistas devem ser complementadas com os dados das discussões de grupo, que revelaram aspectos mais críticos ligados ao exercício do trabalho infantil.

Numa turma do currículo escolar alternativo, composta por alunos com repetidas experiências de insucesso ou abandono escolar, a discussão foi iniciada com a apresentação de algumas das supracitadas opiniões sobre o trabalho. O debate revelou haver acordo geral sobre o dever de a criança ajudar os pais, especialmente em caso de doença ou de situação económica precária e mesmo que tal implicasse pôr em causa a sua educação contínua. Também os aspectos positivos da aprendizagem relacionada com a experiência do trabalho suscitaram acordo geral.

As opiniões diferenciaram-se no que respeita a quem deve decidir se a criança deve ou não trabalhar. Alguns (três dos dezassete) jovens afirmaram que os pais devem decidir, mas muitos outros insistiram nas decisões das crianças. A ideia de um possível abuso por parte dos pais aparece como um aspecto da questão, tendo também sido mencionada pelos jovens, que durante as entrevistas individuais deram uma imagem muito positiva do seu

próprio trabalho na família. As raparigas contestaram a autoridade dos pais para as reterem em casa a cuidar dos irmãos. Uma aluna argumentou que perdeu dois anos de escola por causa de tal prática; outros alunos descreveram situações de primos e vizinhos. Curiosamente, a alternativa sugerida por esses alunos não foi o regresso à escola, mas antes desenvolver um trabalho fora da família.

AS MOTIVAÇÕES DAS CRIANÇAS PARA TRABALHAR

As afirmações dos adolescentes confirmam a validade da conceptualização do trabalho infantil remunerado em termos de um equilíbrio entre vantagens e desvantagens, como sugerem McKechnie e Hobbes (IWGCL, 1998, p. 41). Para estes autores, o emprego acarreta custos que incluem saúde e segurança, limitações no tempo livre, efeitos negativos na educação, instrumentalismo, menor contacto com os pais/pares. Inversamente, os benefícios incluem maior autonomia, autoconfiança, conhecimento económico/capacidade de negócio e experiência de trabalho.

O estudo que apresentamos considera também as variações de equilíbrio entre vantagens e desvantagens em diferentes contextos sociais, culturais e económicos, debruçando-se não apenas sobre o trabalho remunerado, mas considerando também a ajuda familiar e o trabalho não remunerado fora da família. Dados recolhidos no Peru (Invernizzi, 2001 e 2003b) e em Portugal mostram que, quando se considera um leque mais amplo de actividades económicas desenvolvidas pelas crianças, a tarefa de conceptualizar um modelo de vantagens e desvantagens revela-se mais complexa, fazendo sobressair alguns problemas.

Um problema inicial, especialmente quando as análises incluem trabalho independente e familiar, é que as dimensões identificadas atrás como custos também podem trazer benefícios, dependendo da criança e da sua situação. Na realidade, o relacionamento da criança com a sua actividade laboral pode ser desconstruído (Invernizzi, 2001) em quatro dimensões: económica, social (sociabilidade), lúdica e identitária (identidade pessoal e competência). Nos exemplos que se seguem, cada um destes factores pode incluir em simultâneo vantagens e desvantagens relacionadas com o trabalho.

Outro problema é o facto de os aspectos positivos do trabalho só podem ser compreendidos por referência ao contexto em que se encontram os jovens. Por outras palavras, as vantagens que as crianças descrevem necessitam de ser averiguadas em termos da melhoria da sua situação presente. Por exemplo, ter maior contacto com os pais é uma das razões que algumas crianças apontam para trabalharem no negócio familiar. Contrariamente, o contacto com os pares é razão para outras procurarem emprego fora da

família. Como veremos mais adiante, esta última motivação revela-se particularmente importante para as crianças que vivem em aldeias isoladas.

Surpreendentemente, uma criança pode fazer aumentar o tempo de brincadeira porque trabalha. Luísa, uma estudante universitária de 20 anos, apresenta esse argumento. Ela começou a trabalhar numa loja aos 10 para a patroa da mãe. As suas funções consistiam em prestar atenção aos clientes numa época em que aumentou o roubo em lojas de roupa de marca. Antes de trabalhar ela ficava em casa com a tia, tendo de cuidar da sua irmã bebé e de estar constantemente disponível para ajudar. Quando começou a trabalhar, em alternativa, passou a ter horas de trabalho, tempo de descanso e, quando a loja fechava, permitiam-lhe que brincasse na rua com os amigos.

Do mesmo modo, a conciliação com a escola pode ser possibilitada por certos tipos de trabalho e dificultada por outros, assim como um trabalho que podemos considerar pesado para uma criança pode ser visto como aceitável por outra que está habituada a realizar tais tarefas. De facto, a exploração económica, frequentemente mencionada como uma desvantagem do emprego, parece ser compensada por outras vantagens. Por exemplo, um aluno de 15 anos que migrara recentemente de uma área rural para uma pequena cidade reflectia sobre a melhoria de lucros no trabalho. Este aluno trabalhava todos os sábados numa pedreira com a mãe e o pai. Como era pago por cada caixa de lajes, ganhava o mesmo que um adulto. Do seu ponto de vista, este trabalho não é mais esforçado do que cultivar e guardar animais nas terras da família. Na sua opinião, enquanto trabalhou na quinta a sua educação foi mais perturbada porque tinha de cuidar dos animais. Pelo contrário, na altura da entrevista ele conseguia combinar trabalho e escola de forma mais favorável e a sua família obtinha melhores rendimentos.

Podemos, assim, concluir que a dificuldade em avaliar determinadas situações está relacionada com a variabilidade das vantagens e desvantagens. Cada actividade apresenta vantagens e desvantagens, que o adolescente avalia diferentemente, dependendo das oportunidades existentes, das suas competências, do prazer na realização de certas tarefas, das necessidades pessoais no que respeita ao rendimento económico, formas de sociabilidade, reconhecimento de uma identidade positiva e auto-estima, aprendizagem, etc.

Um terceiro problema ao analisar com precisão a relação entre as vantagens e desvantagens do trabalho infantil consiste no facto de que para qualquer jovem tal relação evolui no decorrer da experiência laboral. A carreira das crianças que trabalham (v. Invernizzi, 2001 e 2003b) compreende o desenvolvimento da automotivação, assim como o desenvolvimento das suas impressões sobre o meio ambiente, sobre o trabalho e a imagem que fazem de si.

Embora este estudo não tenha incluído observação longitudinal, as entrevistas testemunham a evolução daqueles aspectos mais subjectivos. Sofia,

por exemplo, começou a trabalhar num restaurante aos 12 anos, quando a mãe ficou gravemente doente e a família tinha sérios problemas económicos. Durante a entrevista tornou-se óbvio que este episódio foi muito perturbador para ela: nas suas palavras, foram tempos em que «[ela] chorou muito». E a sua situação melhorou, a seu ver, porque a patroa lhe deu muito apoio e na altura da entrevista a Sofia até estava a gostar do trabalho. Como noutros casos, parece que uma iniciação precoce no trabalho, quando ligada a situações familiares dolorosas, influencia o relacionamento das crianças com o mesmo, o qual é visto somente como um cumprimento de tarefas vitais ou como o ganho de um rendimento indispensável. Quando é possível uma observação mais demorada, pode constatar-se, por vezes, que algumas crianças evoluem de um olhar negativo sobre o trabalho para um olhar mais positivo, ao adquirirem capacidades e competências ou ganhando uma maior autonomia (Invernizzi, 2001 e 2003b), como no caso da Sofia. Similarmente, jovens mais velhos e mais experientes buscam maior autonomia, contacto com os pares, novas experiências, e, por vezes, acham o trabalho familiar desinteressante, embora as crianças menos experientes se sintam confortáveis. Como veremos mais adiante, isso também depende de como o trabalho na família está organizado.

As crianças mais novas e inexperientes parecem atribuir grande importância ao dinheiro recebido, à utilidade das tarefas e rendimento para a família. As mais velhas acrescentam à importância do salário as condições de trabalho, destreza e competências adquiridas, aproximando-se assim da ideia do adulto sobre o que é um bom trabalho. Por exemplo, para um grupo de raparigas com cerca de 12 anos a actividade mais interessante que realizaram foi num OTL (ocupação dos tempos livres) organizado pela autoridade local nas férias, o qual consistia em manter a praia limpa. Embora não vissem uma boa razão para trabalhar num restaurante ou similar, considerando tratar-se de um trabalho pesado e mal pago, estas raparigas eram da opinião de que estar na praia e serem pagas por isso era muito bom.

Pelo contrário, como poderemos ver mais à frente, uma adolescente de 15 anos que trabalhou à noite num bar referiu a importância do contacto com outros jovens, a possibilidade de testar as suas competências e o reconhecimento positivo por parte dos adultos. Nicolai, um adolescente de 16 anos a trabalhar na agricultura, ria-se das actividades do OTL: «OTL, aí é totalmente diferente, é só brincadeira... num trabalho tenho que cumprir aquele tempo [...] não posso fugir à regra...»

Desde muito pequeno que Nicolai contribui, durante os tempos livres, com a sua ajuda na quinta do pai, levando a cabo trabalhos agrícolas, cuidando do rebanho e da plantação de pinheiros. Nicolai argumenta que se trata de um trabalho pesado, mas não tanto como trabalhar fora, por exemplo, nas obras, onde não é possível descansar-se sempre que necessário.

Mesmo assim, Nicolai gostaria de experimentar um trabalho fora e provavelmente de receber um ordenado (não sendo pago quando trabalha com o pai). A pastorícia é um trabalho difícil, mas com alguns atractivos. Enquanto outro jovem argumenta que um pastor necessita de correr muito, ele considera isso «agitante»:

[...] guardo as ovelhas, é as minha férias do Verão bem empregues... aquilo, para quem não está habituado não consegue, é muito «secante», é no campo, uma pessoa anda sozinha e é uma grande seca, mas ao mesmo tempo é «agitante» porque [...] a pessoa tem que se movimentar, correr um bocadinho...

Na altura da entrevista, Nicolai preferiria, no entanto, desenvolver actividades com outros trabalhadores. O trabalho no pinhal da família proporcionava a Nicolai aquilo que ele considerava ser a experiência mais estimulante, precisamente porque realizada com outros jovens. Como veremos, esse trabalho também lhe oferecia uma maior autonomia.

Além dos benefícios económicos, existe uma combinação complexa de vantagens e desvantagens que elucidam o movimento das crianças de uma actividade económica para outras. Por vezes, é mesmo dada preferência a uma actividade ilegal e mais arriscada, na medida em que esta oferece mais do que o trabalho presente: melhor salário, formas de sociabilidade interessantes, possibilidades de divertimento, aquisição valiosa de competências e/ou identidade positiva.

INTERDEPENDÊNCIA FAMILIAR E RESPONSABILIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Alguns estudos realizados em países europeus sublinham a importância da interdependência criança-adulto nas actividades diárias da família. Uns focam a importância em termos de organização e de necessidades económicas, mesmo que não estejam directamente relacionadas com a pobreza (isto é, Morrow, 1994); outros sublinham os direitos relacionados com as responsabilidades domésticas, que tornam as crianças «mais adultas» (Solberg, 1990). Outros ainda evocam dimensões educativas ligadas a responsabilidades domésticas, as quais são tidas como uma experiência «mais moderna» da criança (Zeiber, 2001). Ao analisarmos estudos de caso e entrevistas parece pouco adequado isolar uma ou outra razão (isto é, económica, cultural, pragmática, educacional, etc.), uma vez que as actividades diárias das crianças, como também as parentais, perseguem mais do que um objectivo ao mesmo tempo.

Como podemos imaginar, não existe um discurso único sobre esta questão. Acresce que os pontos de vista sobre o trabalho infantil não estão directamente relacionados com as actividades económicas dos pais. Alguns pais, em meios rurais, defendem que as crianças não devem trabalhar, mas sim usufruir de actividades de lazer e educação, pelo que os seus filhos não participam na agricultura. Outros recorrem regularmente ao trabalho das crianças. Tais diferenças remetem para as diversas construções de infância e de família que explicam o trabalho infantil, para além das condições económicas.

Independentemente do que os pais pensam a respeito do trabalho dos filhos, as crianças têm as suas próprias opiniões sobre o seu presente e futuro. Algumas crianças valorizam o trabalho enquanto outras sentem aversão. Algumas crianças comentam ainda os desacordos que têm com os pais, seja porque não querem trabalhar ou, noutros casos, porque querem trabalhar fora da família. Longe de serem sistematicamente o resultado de abuso e maus-tratos, esses desacordos são às vezes parte dos conflitos quotidianos normais entre gerações.

Do ponto de vista dos adultos entrevistados, os aspectos educativos relacionados com o trabalho são importantes. Alguns dos professores entrevistados no Algarve focaram os aspectos *educativos* do trabalho doméstico desempenhado por crianças: elas necessitam de aprender, de ter responsabilidades. Todavia, é nas áreas rurais, entre os trabalhadores manuais, que os aspectos sociais e educativos do trabalho (pagos ou não) são mais mencionados. Em muitos casos, os seus pontos de vista não são simples descrições das práticas tradicionais, mas reflexões aprofundadas sobre as necessidades das crianças no contexto específico onde elas vivem.

Os testemunhos de Nicolai e sua família⁵ providenciaram uma descrição interessante das actividades, do significado do seu trabalho e dos objectivos pretendidos. Eles ilustram a compreensão do que pode ser visto, utilizando a terminologia que Zeiher adoptou de Max Weber, como dependência, interdependência e independência/reciprocidade dentro da organização familiar. Para Zeiher, dependência designa o cuidado dos pais com os filhos. A independência, ao contrário, inclui a prática de auto-suficiência⁶ quando as crianças se tornam mais velhas e/ou competentes. A interdependência e reciprocidade incluem, no trabalho doméstico, o bem-estar comum e o cuidado recíproco por parte dos membros da família (2001, p. 41). Para o nosso propósito, estas três dimensões incluem não só o cuidado, mas também a provisão e, assim sendo, dependência económica (em que os pais assumem as despesas das crianças, incluindo as de lazer e educacionais), independência (em que as crianças tomam responsabilidade por algumas despesas) e interdependência (em que as responsabilidades são partilhadas e quando as crianças também contribuem para as despesas dos adultos).

Nicolai ajuda o pai em muitas actividades, mas enfatiza que prefere o trabalho na plantação de pinheiros. Quando lhe pedimos que explique como se organizam essas actividades, o pai de Nicolai, António, faz a descrição seguinte:

A história é que eu tenho um projecto, tenho que tratar dele, claro, e tenho a vida muito ocupada... tenho os animais, tenho que lhes assistir todos os dias. O meu Nicolai tinha os 15 dias de férias do Natal... começamos a conversar... «como é que a gente trata aí dos pinheiros...». Por eu saber também que ele se... for sozinho anda sempre com menos vontade, então eu disse-lhe: «Tenho que arranjar alguém para apanhar o mato...» Ele disse-me: «Se você quiser aí pessoal, um amigo meu... disse que se você quisesse ele vinha para aqui no tempo das férias para ganhar algum...» Digo-lhe: «Então diz lá ao Ricardo [...] e combina a ver se arranjas outro.» «Eu digo ao Helder da Azinheira, que também é muito bom moço, e eu vou também», disse-me o Nicolai... Organizaram-se, levaram aí uns 10 ou 11 dias os quatro, ele é que manobrava aquilo, ele é que era o patrão... ele levava o tractor, apanharam esse mato todo, trataram dos pinheiros... claro, ele dizia-me que andava cansado, que andava maçado, mas todos os dias se levantava às 7.30 da manhã para ir para ali por causa também do convívio dos colegas, e riam-se... eles andavam satisfeitos...

ENTREVISTADOR: *Como motiva o Nicolai a trabalhar durante as férias?*

É uma maneira de falar com ele, de o fazer ver as coisas e de lhe dar um à-vontade... dar-lhe liberdade para ele fazer as coisas mais à maneira dele. Por exemplo, eu dizer-lhe que tenho a vida ocupada e que o trabalho não se consegue fazer... ele quer ir aqui, quer ir além, quer andar com a égua [...] naqueles dias eu tenho que o deixar à vontade dele... dar-lhe liberdade para que ele sinta que é recompensado naquele trabalho e depois a liberdade dele de contactar esses amigos... Ele perguntou-me logo: «Como é que você paga, pai?» E eu disse como é que lhes pagava. «Diz que eu lhes dou 30 €.» Quando acabaram o serviço, disse-lhe para ele... pagar e convidá-los para comerem uma sardinhada... «Fazem aqui um convívio à vossa maneira...»

Alguns jovens pedem para serem pagos pelo trabalho que fazem em casa, enquanto outros, como Nicolai, consideram isso inaceitável, dizendo que é obrigação da criança ajudar e o dinheiro não faz parte do acordo.

António argumenta que não existe dinheiro suficiente e que diferenciar o pagamento para cada filho segundo a sua capacidade seria injusto para os mais novos. Além disso, ele observa que o trabalho produz mantimentos para a família e isso já é uma compensação. Esta visão de família considera que todos trabalham para o bem-estar comum.

Geralmente, o discurso dos adultos descreve a relação adulto-criança em palavras de autoridade, como «obedecer», «respeito», «mérito», etc. Para além de tais comentários, são levadas a cabo interações muito mais complexas que influenciam constantemente o «contrato» implícito (direitos e responsabilidades) entre pais e crianças a respeito do trabalho. Em alguns casos, pais e crianças mantêm isso satisfatoriamente, enquanto noutros dizem que preferem trabalhar fora da família. A análise de «bons contratos» permite uma melhor compreensão dos problemas que outros jovens enfrentam no trabalho familiar. Assim, a situação do Nicolai merece ser analisada em pormenor.

A descrição de António sobre o trabalho no pinhal dá ênfase a uma característica que, na opinião de Nicolai, o torna mais agradável: a camaradagem com os outros trabalhadores. António atribui também grande importância ao estatuto que dá ao Nicolai: «Ele é o patrão e comanda a actividade sozinho.» Esta independência ou autonomia é uma fonte de gratificação e representa, de facto, uma contrapartida da interdependência que envolve toda a organização familiar. A mãe do Nicolai expressou uma regra semelhante: «Eu não gosto de castigar os meus filhos no trabalho.» O que ela quer dizer é que o trabalho mais duro e desagradável deve ser feito pelos adultos. Igualmente, o trabalho das crianças deve, idealmente, ser uma fonte de gratificação e, no caso do pinhal, uma fonte de prestígio e independência.

Outro aspecto que se relaciona com a independência é a liberdade de que Nicolai desfruta porque trabalha. Como diz o pai, «ele quer ir aqui e ali, ele quer andar de cavalo...», e essa é a recompensa do trabalho. A mãe confirma o ponto de vista: «Porque a gente também não pode oprimir os filhos, conforme eles merecem...». Nicolai também explicitou que sair corresponde a trabalhar na quinta. Como explica, o pai nunca lhe recusou autorização para sair, mas ele também sabe o que pedir e como fazê-lo. Antes de pedir para ir a uma festa, por exemplo, trabalha mais tempo, assume tarefas que vê que necessitam de ser feitas sem ninguém lhe dizer, e assim por diante:

Quando tenho falta é normal, agora quando são aqueles pedidos que não são grande falta tem que haver uma dicazinha qualquer especial... quando eles querem qualquer coisa faço logo, mais das vezes sem eles pedirem... e depois... a gente tem falta de qualquer coisa e eles dizem não, a gente diz «eu fiz isto... mereço».

Montar a cavalo, paixão que Nicolai partilha com o pai, é um bom exemplo das reciprocidades acima mencionadas. Na opinião de António, o facto do Nicolai ter o seu próprio cavalo é um motivo de prestígio na região. Ele vê o trabalho de Nicolai também como uma contribuição para os custos do cavalo e os custos da escola, assim como uma experiência que proporciona a Nicolai uma maior compreensão do esforço necessário para fazer face a tais despesas.

Nicolai expressa gratidão por ter a possibilidade de ter o seu próprio cavalo. Mais adiante, na entrevista, refere que gosta das actividades na agricultura e com os animais, mesmo que representem um trabalho duro. Ele considera que tem as aptidões básicas para trabalhar neste ramo, as quais aprendeu com o pai. Em muitas ocasiões comparou a sua actuação com a do pai, frisando que ainda está a aprender, parecendo assim conferir uma certa autoridade ao pai. O aspecto educativo também é importante para Nicolai. Durante a entrevista, quando lhe perguntávamos o que considerava ser exploração no trabalho, mencionou a questão da formação. Nicolai descreveu três situações: não ser pago, não ser pago como um adulto e não ter a formação devida.

As aspirações dos pais relativamente aos filhos incluem educação superior e a irmã mais velha de Nicolai está na universidade. Apesar dos incentivos para estudar, Nicolai e o pai concordam noutro aspecto: se Nicolai não conseguir concluir o seu percurso escolar (actualmente no 10.º ano), terá uma oportunidade na exploração agrícola. Como veremos, o sentimento de incerteza em aceder a uma formação profissional ou a um emprego é geralmente muito forte e o cenário do desemprego deve ser equacionado. Na realidade, outras pesquisas realizadas no Algarve demonstram que pequenas empresas agrícolas, como também pequenas lojas, restaurantes e negócios são muitas vezes mantidos através de estratégias de pluriactividade e plurirrendimento familiar (Bastos, 1993; Machado *et al.*, 1998b), onde adultos e crianças activos na empresa familiar exercem em paralelo outras actividades como empregados ou estudantes.

Apesar das visões positivas de Nicolai e sua família face à actividade laboral, é claro que o trabalho na quinta é por vezes demasiado pesado e sujo, além de conferir pouco rendimento. Para a irmã de Nicolai, estudar duramente parece ser a única maneira de evitar um futuro semelhante ao dos pais. Nicolai às vezes também expressa o desejo de ter um emprego fora desta actividade, sendo movido pela curiosidade, assim como pela ideia de que o emprego pode oferecer-lhe mais liberdade:

Pode ter [vantagem] porque, por exemplo, eu aqui agora estou em casa sem fazer nada, mas a qualquer hora o meu pai pode estar a chamar-me para eu o ajudar, e lá [num emprego] não, entro àquela hora e saio àquela hora e depois tenho o meu tempo livre.

Apesar disso, para os pais, o emprego infantil tem de ser evitado, porque é uma fonte de exploração. Melhorar as condições de trabalho de Nicolai é, assim, uma maneira de manter a exploração agrícola com a ajuda dos filhos (interdependência), oferecendo a Nicolai o que eles acreditam ser uma experiência adequada (dependência), dando-lhe mais alguma autonomia através do trabalho (independência). Isto enquanto Nicolai estiver satisfeito com a situação.

A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS: ESCOLA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO

A literatura sobre o trabalho infantil no Reino Unido e na Alemanha sublinha que os aspectos económicos não são a única razão ou motivação para o trabalho. Investigadores que abordaram o ponto de vista das crianças e suas experiências identificaram outros aspectos essenciais, tais como independência, socialização, auto-estima e autoconfiança. Chamaram ainda a atenção para «a possibilidade de ganhar uma experiência útil para o futuro» (Liebel, 2003, p. 173) e uma «fonte de referência para uma candidatura num futuro emprego» (Morrow, 1994, p. 141).

Assim, o facto de um quarto dos alunos indicar espontaneamente que está a formar-se através do trabalho não é um dado específico do Algarve. Por outro lado, embora a criança expresse esta opinião, são, no entanto, os adultos (jovem adultos e pais) que mais vezes realçam as dimensões do trabalho em ligação com a socialização.

De facto, a informação etnográfica referente à socialização através do trabalho sugere quatro questões centrais: quais as experiências que os informantes consideram mais adequadas para as crianças na sua vida diária? Quais as aquisições em termos de experiências, competências e construção da identidade da criança? Que práticas se acredita serem apropriadas para que os jovens possam aprender e preparar o seu futuro? O que podemos aprender sobre a relação entre escola e trabalho?

Existem variações culturais relativamente a estas questões. O caso de Alexandrino (12 anos) ilustra-o muito bem. Na escola descrevem-no como um aluno brilhante. Interessa-se, nos tempos livres, pela história e arqueologia da região, assim como pelo trabalho com as cabras na pequena empresa familiar. Alexandrino descreve o seu trabalho como uma paixão:

Desde pequeno que vi o meu pai, o meu avô, a minha avó, toda a gente, a lidar com os animais... cabras, ovelhas, éguas [...] Depois, a partir dos 6 anos, quando eu já era capaz de ajudar, quem me incentivou para esse lado foi o meu pai, que dizia assim: «Vai ajudar o teu avô, que ele precisa de ajuda!» E já nessa altura eu conhecia os chibos todos, porque era assim [...] na época do Natal o meu avô só me dizia: «Toma lá o chibo e vai depositá-lo naquela cabra!» [...] depois pela Páscoa, que é a segunda criação das cabras, eu via-as nascer, já as conhecia melhor do que o meu avô... havia cabras que queriam parir quando o meu avô se ia embora [...] Até aos 7 anos eu não ordenhava, o meu avô é que se sentava ali num madeiro e eu ia buscar as cabras e a minha avó também ordenhava [...] Mas uma manhã, não tinha nada que fazer, o meu avô disse assim: «Olha, toma lá um baldinho e espreme aí os tetos da cabra.» E eu lá fui... primeiro só ordenhava com uma mão porque é mais fácil...

e agora já ordenho com as duas mãos... e a cabra tem que nos conhecer bem para nos ter confiança... Depois desse primeiro contacto, o meu avô deu-me uma chiba, essa chiba teve um chibo, depois deram-me outro chibo e agora tenho 7 cabras e 3 chibas...

Apesar da paixão pelos animais, é a doença do avô que faz com que seja necessária a sua ajuda. Como já foi mencionado, as actividades das crianças muitas vezes seguem mais do que um objectivo: económico, de socialização, etc.

No caso de Alexandrino, parece importante sublinhar não somente a aprendizagem de práticas ligadas aos animais, mas também uma forma de ver o mundo, uma representação do trabalho e uma identidade. Por exemplo, o pai de Alexandrino deixou um trabalho no litoral e regressou ao monte na serra. Embora considere que o trabalho agro-pecuário rende muito pouco, este homem valoriza a independência de que dispõe na relação com o seu trabalho quotidiano:

ENTREVISTADOR — *Então acha que a actividade que tem agora é melhor?*

Não é melhor... eu lá andava limpo, bem vestido... aqui ando sempre sujo [...] vim para cá, não estou melhor, só estou melhor numa condição, trabalho no que gosto, ninguém me chateia... ando à minha vontade, é só o único privilégio que eu tenho aí, mais nenhum [...] faço aquilo de que gosto, não me «escalfo» a trabalhar, não me sinto aborrecido, quando as coisas correm mal até tenho calma para as enfrentar, quando não se faz o que se gosta não se chega a lado nenhum, qualquer anomalia que apareça não se dá enfrentada...

Então vale a pena dedicar-se a esta actividade?

A esta ou a outra, seja o que for, qualquer actividade que a gente goste... vale a pena trabalhar, porque o que se faz com gosto tenta-se aperfeiçoar sempre ao máximo, seja no que for...

Alexandrino compartilha muitas destas representações: um trabalho digno é um trabalho que se goste de realizar e sobre o qual se tenha, simultaneamente, poder de decisão. Apesar de não ter futuro, o trabalho com as cabras é visto como parte da transmissão de um conceito de trabalho.

Além destas representações mais simbólicas ou culturais do trabalho como parte do processo de socialização, existem outras motivações mais práticas que explicam o envolvimento das crianças em actividades laborais.

Em diversas famílias, os adultos declaram necessitar de organizar actividades que lhes permitam manter as crianças sob sua vigilância, especialmente quando as ocupações de tempos livres são raras e se procura também que

as crianças adquiram algumas competências e experiência de trabalho. Para os jovens das zonas rurais, o trabalho é também uma maneira de evitar o aborrecimento, especialmente nas férias de Verão. De acordo com essa lógica, os jovens ajudam nos restaurantes, lojas e outros pequenos negócios de família. Por razões semelhantes, alguns dos pais que trabalham por conta de outrem também se fazem acompanhar das crianças na época das férias escolares. Estas podem ser ou não ser pagas pelos serviços prestados, dependendo do tipo de trabalho realizado e da vontade do patrão. Alguns pais procuram que a criança alargue o leque de actividades desenvolvidas, de maneira a «aprender mais». Outros consideram que é importante dar aos filhos algumas experiências agradáveis e satisfatórias, como forma de compensar o momento difícil que eles possam estar a atravessar na escola, mantendo-os motivados para completarem a escolaridade obrigatória, apesar das dificuldades.

Gino (12 anos) trabalhou com o pai na agricultura, cuidou das ovelhas do avô e ajudou na loja da mãe depois das aulas. Até agora, o trabalho de que mais gostou foi na oficina de um familiar onde fez trabalho de mecânico, ajudando o primo no Verão durante um mês. Aí aprendeu a reparar uma motorizada. Não gosta, no entanto, de trabalhar na loja da mãe, para a qual é, apesar de tudo, mais requisitado depois das aulas. Quando lhe perguntámos qual das experiências considerava mais útil para si no futuro, referiu-se à oficina. Apesar de actualmente pedir para ser pago pelos trabalhos que realiza, Gino acaba por concluir: «[Na realidade,] estou a ver um pouco mais o que as pessoas fazem...»

A mãe de Gino falou da sua preferência por um trabalho ligeiro para o filho, referindo que não queria que ele conduzisse um tractor. Em contrapartida, o rapaz referiu ser esse o trabalho de que mais gosta na agricultura. A mãe descreveu com preocupação a falta de interesse do filho pela loja, mencionando o quanto gostaria que ele se responsabilizasse mais pelo negócio da família no futuro. Apesar de acreditar que Gino necessita de condições de trabalho seguras, que a dedicação à loja lhe pode proporcionar, a mãe não deixa de ponderar as vantagens de um emprego: «[...] talvez se ele fosse trabalhar para fora ele teria uma experiência melhor e aprenderia mais do que comigo...»

Mesmo se, de um modo geral, as capacidades e competências que os pais gostariam que os filhos adquirissem variam consoante as actividades, alguns aspectos estão relacionados com a experiência laboral em si mesma, quer seja em família ou num emprego. Os jovens declaram que, através do trabalho, aprendem a respeitar regras e horários. Do ponto de vista dos pais e adultos, as crianças precisam também de «ser responsáveis» desde cedo, assim como de saber «o valor das coisas», ou seja, de estar cientes do

esforço que é necessário para adquirir objectos a que as crianças aspiram: um telemóvel, roupa de marca, motos, etc.

Auto-estima e confiança são outros aspectos centrais descritos por alguns entrevistados como efeitos positivos da experiência laboral. Diana (15), por exemplo, descreveu o trabalho que desenvolvera durante o Verão como uma espécie de aventura. O facto de ter recebido tão pouco como € 100 por um mês de trabalho num bar perto da praia não foi alvo de muita importância: «É um bom passatempo», uma maneira de ver pessoas diferentes, ir à praia de manhã e ganhar algum dinheiro. Para aqueles adolescentes que não têm oportunidades de trabalhar no seio da família ou que não estão satisfeitos com isso, o trabalho remunerado apresenta outras vantagens, nomeadamente a nível da independência e autoconfiança. No fim da entrevista confrontámos directamente Diana com a nossa hipótese: talvez o trabalho proporcione melhor reconhecimento? «Sim, eles são tipo os meus *fans*. ‘Ah, ela está a trabalhar, esta rapariga já está a ficar mulher...’ Sempre estas conversas...»

Perguntámos-lhe depois o que ela obtinha com esse reconhecimento. Mais respeito? Mais autonomia? Mais confiança? A sua resposta veio surpreendentemente rápida, «as três coisas!», *explicando*: «Respeito, porque as pessoas respeitam-me, confiança, porque fico mais segura das capacidades que tenho em fazer qualquer coisa [...] autonomia, porque acho que eu sei o que quero e vou fazer.»

É uma visão forte e interessante sobre o papel do trabalho na construção da identidade e particularmente em termos de auto-estima e confiança. Mesmo assim, nem todos os jovens partilham este ponto de vista sobre o trabalho. Outras raparigas recusam ofertas de trabalho em restaurantes, preferindo o que descreveram como uma infância «normal», com brincadeiras e tempos livres.

Alguns jovens também argumentam que a experiência de trabalho os ajuda a encontrar um emprego mais tarde. Estas afirmações foram apuradas em entrevistas com jovens adultos, três dos quais são actualmente estudantes universitários com o estatuto de trabalhadores-estudantes. Através do trabalho eles dizem aprender regras e horários. Um deles expressa-o de uma forma interessante:

Pronto... que eles durante as férias tenham um pouco de experiência só para saber o que é a vida... o contacto com outras experiências e vão vendo... que não pensem que isto é tudo assim, é tudo muito bonito, é tudo uma linha recta [...] E chegamos aos 25 anos e estamos nessa linha recta, e pronto, pois um dia, mais cedo ou mais tarde, faltam os pais, por um motivo ou por outro, e depois...

A ideia de que «a vida não é uma linha recta» foi um argumento central e constante em muitos dos nossos informantes. É a razão por que «é bom aprender um pouco de tudo». Tal parece reportar-se particularmente a determinados estratos sociais da população, cujos percursos são mais difíceis. A expectativa de que, idealmente, o jovem conclua a escolaridade obrigatória seguida da escola secundária, universidade e emprego, ou o ensino profissional e trabalho, não corresponde a muitas histórias de vida que as crianças e adultos observam no seu meio envolvente. Por esta razão, o trabalho proporciona características importantes do ensino profissional e da socialização, tais como a diversificação de experiências e capacidades, que são vistas como potencializando a inserção profissional. As actividades agrícolas, por exemplo, são várias vezes descritas pelos inquiridos como tarefas que os jovens adultos podem realizar em complemento de um emprego (Alves Pinto, 1997), mas também tornar-se a actividade principal, se a situação financeira o exigir. Embora os pais gostassem de evitar tal futuro para os filhos, o facto é que a agricultura de subsistência como actividade a tempo parcial permanece prática comum em Portugal, como também, mais frequentemente, a pluriactividade dos adultos (Machado *et al.*, 1998a).

De um modo geral, os informantes expressaram aspirações associadas com a escola, educação superior e ensino profissional. Numa discussão de grupo com uma «turma do currículo alternativo» na qual algumas crianças tiveram experiências duradouras em actividades económicas, o debate «trabalho ou escola» foi, sem dúvida, uma constante. Uma rapariga falou da necessidade de estudar para aprender a falar inglês: «A gente, se queremos ter um bom emprego, temos que saber línguas... nas obras não tem futuro nenhum», seguida de contestação por parte de dois rapazes: «Se os agricultores não trabalham, como é que os doutores comem?» e «como é que os doutores vão comer se formos todos para a universidade?», «quem irá construir as suas casas?». No que diz respeito às oportunidades profissionais, outros pontos de vista sobressaíram no grupo de discussão, expressando que, se as crianças não querem estudar, devia ser-lhes permitido trabalharem, mesmo com pouca idade.

Estudos desenvolvidos noutros países europeus demonstram também que alguns jovens exigem o direito ao trabalho e consideram que as legislações em vigor são uma restrição à sua experiência (Milne e Morrow, 1994; Liebel, 2003). Esta questão remete para duas problemáticas distintas. Por um lado, qualquer trabalho realizado por crianças durante os primeiros nove anos de escolaridade é proibido em Portugal. Nos últimos anos, diferentes campanhas têm focado esta questão. Alguns informantes, cientes disso, consideram o modelo legal como sendo pouco apropriado. De facto, tal abordagem desvaloriza implicitamente todos os esforços dos adultos para criarem uma experiência de trabalho protegido e em parte educativo, assim como todas as vantagens que as crianças podem retirar dessa mesma experiência.

Por outro lado, o desejo das crianças no sentido de serem autorizadas a trabalhar refere-se, como mencionado anteriormente, ao trabalho a tempo inteiro, que se perfila como alternativa à escola. Tal é, no entanto, raramente expresso explicitamente. Para se perceber essa posição é necessário examinar, na opinião dos informantes, o lugar exacto que o trabalho ocupa no processo de socialização. São frequentemente mencionados problemas educacionais e muitos adultos mantêm que o adolescente que não tem sucesso na escola deve ir trabalhar. Nos testemunhos dos adultos, geralmente, subsiste a condenação de práticas que não permitem às crianças frequentar a escola. Existe, porém, uma ideia igualmente importante segundo a qual «nem todas as crianças têm cabeça para a escola» ou «nem todas as crianças podem ter sucesso na escola». A confirmar esta ideia, alguns informantes mencionam casos de alunos com retenções repetidas ou que estão matriculados na escola com 18 e 19 anos sem terem concluído o 9.º ano de escolaridade.

Apesar de, em geral, pais e filhos terem elevadas expectativas e fazerem um esforço real para assegurarem a educação escolar, por vezes expressam grande incerteza no futuro, mesmo quando as crianças têm sucesso na escola.

Alguns alunos queixam-se das dificuldades curriculares e da falta de preparação para a vida profissional. Por exemplo, Iris, uma rapariga de 16 anos, referiu:

[...] não sei explicar, às vezes não ensinam o que é que vai ser, o que é que [os alunos] podem fazer mais tarde, ou como é que eles devem fazer as coisas.

ENTREVISTADOR — *Quando tu andavas no 9.º ano isso aconteceu?*

Os professores nunca ensinavam nada, assim o que é que a gente ia ter, só tipo «ah quando vocês forem para a universidade...», agora do mundo do trabalho nem por isso...

Para a Iris o mundo do trabalho parece ser, no entanto, a sua única oportunidade. Iris mora numa zona rural isolada e sofre de uma doença grave, não podendo assumir o custo do transporte para ir frequentar um curso profissional, nem as três ou quatro horas de viagem. Com a mãe, ela aprendeu a fazer bolos e a vendê-los nos mercados. Agora gostaria de trabalhar por conta própria, aumentando as suas vendas com os produtos de artesanato que faz. Quando questionada sobre se lamentava não ter tido preparação na escola, ela respondeu:

Não, como eu aprendi cá em casa [a fazer bolos], na escola nunca senti falta.

Achas que deveriam ensinar essas coisas na escola? Acho que sim, acho que podia haver coisas que eles pudessem ensinar para os alunos assim tomarem gosto por várias coisas... para quando chegassem ao 10.º ano já terem a profissão escolhida que pudessem seguir.

Assim como outros informantes, Iris considera que a escola deveria preparar mais os alunos para a inserção profissional. Esta é uma problemática indicada por outros investigadores que sugerem que a experiência laboral permite fazer a ligação entre a escola e o mundo do trabalho.

Em Portugal a relação entre trabalho e escola é relativamente complicada e elucidativa da extensão das dificuldades que os pais e as crianças estão a enfrentar. Quer a escolaridade mínima, quer a obtenção de qualificações profissionais, parecem ser objectivos bastante difíceis de realizar: um em cada dois jovens adultos (18-24 anos de idade) abandonou cedo a escola, não tendo completado assim o ensino secundário ou adquirido uma qualificação profissional. De facto, a situação portuguesa está longe da registada na União Europeia, na qual cerca de 20% dos jovens adultos ficam nessa situação (Franco *et al.*, 2002). Em Portugal, por seu lado, um em cada quatro jovens não completa sequer a escolaridade obrigatória (Ministério da Educação, 2003).

Mesmo assim, assistiu-se a uma melhoria importante. Em 1991, a média do abandono escolar entre os 5 e 15 anos de idade situava-se nos 12,5%, com 29,2% dos jovens com 15 anos a abandonarem a escola antes de completarem o ensino obrigatório. Em 2001, estes valores desceram para 2,7% e «só» 7,1% dos jovens com 15 anos abandonaram a escola sem concluírem a escolaridade obrigatória⁷.

Durante as entrevistas nas escolas, alunos com 16 ou 17 anos que ainda tinham de enfrentar mais dois ou três anos antes de completarem a escolaridade obrigatória expressavam por vezes a sua aversão pela escola. Podemos presumir que para estes jovens a equação entre trabalho e escola é geralmente difícil. Na realidade, a incerteza sobre o futuro é expressa por muitos mais alunos e pais. Alguns alunos, entre eles adolescentes sem sérias dificuldades escolares, expressaram os seus projectos em termos de «estudar até conseguir», um reflexo da incerteza que sentem.

Investigadores portugueses mostraram que o trabalho raramente é a causa do fracasso escolar, sendo antes a falta de ligação entre cultura escolar e cultura local ou familiar a causa importante do insucesso escolar (Sarmiento *et al.*, 2000; Alves Pinto, 1998). Diferentes cientistas sociais têm documentado estes problemas (por exemplo, Iturra, 1990 e 1996). Entre outros aspectos, demonstrou-se que os problemas escolares são mais evidentes nas crianças de famílias activas na agricultura e outros trabalhos manuais, naquelas sem formação (Sebastião, 1998) e nas zonas rurais onde

o acesso à escola é limitado (id., *ibid*). Apesar destas dificuldades gerais, o discurso da escola sobre o insucesso das crianças revelou-se, durante esta pesquisa, estar focalizado na falta de responsabilidade dos alunos e na falta de supervisão dos pais. Uma mãe que confrontámos com estes pontos de vista observou que a sua supervisão só pode ser limitada, uma vez que, como muitos pais, pouco sabe sobre a escola. O seu ponto de vista é muito significativo na zona rural onde vive, em que metade dos pais dos alunos tem seis ou menos anos de escolaridade.

Na incerteza do futuro dos adolescentes em relação à situação do mercado de trabalho, o capital social é descrito como sendo tão importante como as qualificações quando as pessoas procuram emprego⁸.

Ambos os aspectos — incerteza face ao futuro e dificuldades na escola — contribuem para explicar a perda de motivação por parte de alguns alunos durante a escolaridade obrigatória. Quando eles percebem que não é possível seguir um ensino profissional, obter a carta de condução pode ser a única razão para completar a escolaridade obrigatória. Esta situação leva-os a procurar variar as suas experiências, incluindo experiências laborais, ou mesmo a dar prioridade ao trabalho, abandonando a escola⁹.

Indo ao encontro de outros autores que questionam a hipótese de que o trabalho reduz automaticamente o sucesso escolar (Boyden *et al.*, 1998), também este estudo evidencia a necessidade de examinar de que modo o trabalho pode, pelo contrário, compensar a falta de oportunidades na escola e de formação profissional e, como sugerido por Tagliaventi (2002), a falta de relevância dos conteúdos escolares para a própria vida da criança.

A análise qualitativa sugere que a experiência de trabalho durante a infância pode permitir a algumas crianças adquirir capacidades e desenvolver competências que poderão vir a revelar-se altamente relevantes caso não consigam, mais tarde, qualificações escolares ou um emprego na profissão que aprenderam. No contexto económico e social da realidade portuguesa, adultos e adolescentes consideram que essa situação não é de todo improvável. Se a educação é vista como garante de melhor trabalho e melhores rendimentos, a experiência laboral na infância também é vista por alguns como uma estratégia essencial para evitar as formas mais graves de pobreza e marginalidade.

CONCLUSÃO

Este artigo centra-se nas razões dos adolescentes para trabalhar, focando, em complemento, o ponto de vista dos adultos. A análise de informação qualitativa demonstra as suas ambições e visões acerca do que a experiência da infância deve ser, bem como as dificuldades enfrentadas, quer no plano da sobrevivência, quer na realização de projectos que incluem estudos e formação profissional. Avaliações positivas do trabalho infantil predominam

largamente nas palavras dos informantes que disso têm experiência directa. As suas práticas e discursos indicam implicitamente que não existe, de facto, uma boa razão para acreditar que uma actividade infantil necessite de ser desprovida de valor económico para ser educativa. Além disso, nas suas opiniões, a dependência das crianças não pode confundir-se com ociosidade e com um consumismo que a situação financeira das famílias não permite. Por último, dificuldades económicas e as relacionadas com a educação e a formação profissional encorajam a que se inclua o trabalho na vida infantil.

Tais constatações não permitem nenhuma conclusão acerca da inexistência de exploração e abuso, bem como de riscos resultantes das tarefas realizadas. Os dados apontam para que algumas crianças trabalham duramente e durante muito tempo. Alguns alunos deixaram entender nas entrevistas que estavam sobrecarregados pelas tarefas domésticas que realizavam e/ou por tratarem de adultos doentes. Acresce que, por vezes, as crianças não concordam com as exigências dos pais. Finalmente, ainda que frequentemente esquecida pelos nossos informantes, a exploração económica ocorre não raramente num contexto de trabalho informal. Todavia, estes aspectos são vistos pelos informantes apenas como desvantagens, mas que necessitam de ser complementados com a análise das vantagens.

Exploração e abuso têm de ser repostos no contexto geral daquilo que os informantes apresentaram como sendo a «normalidade» do trabalho para crianças. A análise das motivações das crianças, da interdependência familiar e de alguns aspectos da socialização sugere que uma abordagem focada em crianças e adultos do mesmo meio pode fornecer informações essenciais sobre o que é considerado pelos informantes como sendo um mau trabalho para crianças. Tal permitirá contextualizar critérios de exploração e abuso, os quais são altamente relevantes para as políticas sociais e a intervenção directa em crianças. Se é verdade que a ausência de remuneração equivalente à de um adulto é uma componente da exploração, tal definição inclui ainda a falta de orientação e respeito pelo jovem que está a aprender como um aspecto desse abuso. O trabalho deveria idealmente fornecer conhecimentos e competências, bem como experiências positivas de autonomia. Tal vai ao encontro do que os nossos informantes identificaram como sendo as situações de «opressão das crianças».

NOTAS

¹ V. Invernizzi (2005) para os detalhes estatísticos sobre a incidência do trabalho infantil.

² A. Invernizzi, «Children's exploitation, socialisation and participation in economy. A comparative analysis of child labour in Peru and Portugal», estudo realizado no Centre for Family Research, University of Cambridge, financiado pela Swiss National Science Foundation. Gostaríamos de agradecer aos antropólogos Eglantina Monteiro e Francisco Morato, aos directores das escolas e respectivos professores, os quais muito facilitaram o desenvolvimento

do trabalho de campo. Também queremos agradecer ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que facilitou a filiação da investigadora principal durante o trabalho de campo, assim como à socióloga Ana Bandeira pela revisão do presente texto. A nossa gratidão vai especialmente para as crianças e adultos que deram tempo a esta pesquisa e com os quais aprendemos muito.

³ No presente artigo utiliza-se frequentemente a designação de adolescente ou jovem em substituição da palavra «criança», referindo-se a crianças com mais de 12 anos.

⁴ Um questionário foi preenchido por seis turmas em três escolas diferentes. Este instrumento foi desenhado com o objectivo de fornecer aos alunos uma visão geral do conteúdo da pesquisa e assim obter o seu consentimento para uma entrevista individual. Foi então permitido pelas autoridades escolares que entrevistássemos as crianças. Como informação complementar foram utilizadas entrevistas com outras crianças, jovens que já tinham trabalhado e com pais. A recolha mais importante de informação etnográfica foi realizada numa pequena região rural no Nordeste do Algarve. Para além da observação e das entrevistas, foram realizadas discussões de grupo em centros comunitários. Quatro adolescentes deram o seu testemunho e tiraram fotografias para ilustrar o seu trabalho na agricultura, com os animais e no artesanato (testemunho que veio a ser publicado num jornal local). Estes adolescentes foram visitados várias vezes, tendo a informação assim obtida sido complementada com a opinião dos pais.

⁵ Esta família foi visitada várias vezes, incluindo discussões de grupo e entrevistas individuais que permitiram comparar os pontos de vista dos pais, filhos, irmãos, etc.

⁶ Do inglês *self-care*.

⁷ Dadas as elevadas taxas de insucesso (18% no 7.º ano e 14% no 8.º ano), é fácil depreender que os valores do abandono durante a escolaridade obrigatória serão bastante mais elevados se incluirmos os alunos com idade superior a 15 anos. Também há que considerar que tais valores apresentam fortes variações regionais em Portugal. A região em estudo, o Algarve, apresenta valores um pouco mais baixos do que os registados à escala nacional. Mesmo assim, as variações dentro da região do Algarve também são importantes.

⁸ As referências ao capital social como um meio de encontrar emprego surgiu bem evidenciada quando os nossos informantes usaram expressões como «factor C», ou «cunha». Em relação à questão da exploração de crianças no trabalho, o capital social é descrito como limitando o abuso das crianças no trabalho. Mesmo admitindo que os jovens não recebam remuneração idêntica à dos adultos, os informantes sugerem que, nos casos em que esse capital existe, não podem acontecer formas extremas de exploração sem que toda a comunidade seja informada. Alguns tipos de empregos são, de facto, uma espécie de extensão do trabalho familiar, em que o jovem trabalha para um familiar, amigo da família, etc. Tal trabalho é por vezes descrito como «tipo casa» («como trabalho familiar»). Para um dos nossos informantes locais, os imigrantes ilegais são muito mais explorados do que os adolescentes precisamente porque não dispõem desse capital social.

⁹ Algumas entrevistas demonstram que a escola é também abandonada por alunos que não têm intenção de ir trabalhar, o que dá ainda mais peso às explicações que se relacionam com o sistema educativo em si.

BIBLIOGRAFIA

- PINTO, GRAÇA ALVES (1998), *O Trabalho das Crianças*, Lisboa, Celta.
BASTOS, C. (1993), *Os Montes do Nordeste Algarvio*, Lisboa, Cosmos.
BOYDEN, J., LING, B., e MYERS, W. (1998), *What Works for Working Children*, Estocolmo, Rädda Barnen/UNICEF.
ENNEW, J., MYERS, W., e PLATEAU, D. (2003) «The meaning, nature and scope of child labor», in *Combating Abusive Child Labor*, Iowa, Julho.

- FRANCO, A., e JOUHETTE, S. (2002), «Labour force survey. Principal results 2001. EU and EFTA countries», in *Statistics in Focus*, n.º 19, Luxemburgo, Eurostat, http://epp.eurostat.cec.eu.int/cache/ITY_OFFPUB/KS-NK-02-019/EN/KS-NK-02-019-EN.PDF.
- INVERNIZZI, A. (2001), *La vie quotidienne des enfants travailleurs. Stratégies de survie et socialisation dans les rues de Lima*, Paris, L'Harmattan.
- INVERNIZZI, A. (2003a), «Des enfants libérés de l'exploitation ou des enfants travailleurs doublement opprimés? Positions et oppositions sur le travail des enfants», in *Déviance et société*, 27 (4), pp. 459-481.
- INVERNIZZI, A. (2003b), «Street-working children and adolescents in Lima: work as an agent of socialisation», in *Childhood*, 10 (4), pp. 319-341.
- INVERNIZZI, A. (2005), «Perspectives on children's work in the Algarve (Portugal) and their implication for social policy», in *Critical Social Policy*, 25 (2), pp. 198-222.
- INVERNIZZI, A. (2007), «Working children's experiences and children's rights», in Allen A. et al. (eds.), *The UN Children's Rights Convention: Theory Meets Practice*, Antuérpia/Oxford, Intersentia, pp. 289-308.
- ITURRA, R. (1990), *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher.
- ITURRA, R. (ed.) (1996), *O Saber das Crianças*, Setúbal, «Cadernos ICE».
- IWGCL (1998), *Working Children: Reconsidering the Debates*, relatório do International Working Group on Child Labour, L. McKechnie e S. Hobbs, Amsterdão, IWGCL.
- JAMES, A., e PROUT, A. (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood*, Londres, Falmer Press.
- LIEBEL, M., «Work and unprotected time of children in central European countries», in I. Colozzi/G. Giovannini (eds.), *Young People in Europe*, Milão, Franco Angeli, pp. 163-183.
- MACHADO F. L., e Firmino da Costa, A. (1998a), «Processos de uma modernidade inacabada», in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (eds.), *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- MACHADO, F. L. e CHETA, R. (1998b), *Situação Social e Perspectivas Profissionais dos Jovens do Interior do Concelho de Loulé*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2003), *Cartografia do Abandono e Insucesso Escolares*, Lisboa. www.min-edu.pt/Scripts/ASP/news_det.asp?newsID=187&categoriaID=est.
- MILNE, B., e MORROW, V. (1994), *Child Labour in England*, relatório ISPCAN/DCI/IWGCL, Junho.
- MORROW, V. (1994), «Responsible children? Aspects of children's work and employment outside school in contemporary UK», in B. Mayall (ed.), *Children's Childhoods: Observed and Experienced*, Londres, Falmer Press, pp. 128-143.
- OCHAÏTA, E., ESPINOSA, M. A., e CALVO, E. (2000), «Child work and labour in Spain: a first approach», in *The International Journal of Children's Rights*, 8, pp. 15-35.
- PEETI (2000), *Guide of Legislation and Resources on Child Labour*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- SARMENTO, M., BANDEIRA, A., e DORES, R. (2000), *Trabalho Domiciliário Infantil. Um Estudo de Caso no Vale de Ave*, Lisboa, PEETI, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- SEBASTIÃO, J. (1998), «Os dilemas da escolaridade», in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (eds.), *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta, pp. 311-327.
- SOLBERG, A. (1990), «Changing construction of age for Norwegian children», in A. James e A. Prout (eds.), *Constructing and Deconstructing Childhood*, Londres, Falmer Press, pp. 118-137.
- TAGLIAVENTI, M. T. (2002), *Lavoro minorile e percorsi formativi in una società industriale avanzata*, Perugia, Morlacchi.
- ZEIHER, H. (2001), «Dependent, independent and interdependent relations: children as members of the family household in West Berlin», in L. Alanen e B. Mayall (eds.), *Conceptualizing Child-Adult Relations*, Londres, Routledge-Falmer, pp. 35-53.